ICEG – Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais

### SETOR PÚBLICO:

**Responsabilidade e Transparência Fiscal entre o Público e o Privado**

Belo Horizonte 2016

### SETOR PÚBLICO:

**Responsabilidade e Transparência Fiscal entre o Público e o Privado**

Trabalho interdisciplinar solicitado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com o objetivo de preparação para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Fátima Maria Penido Drumond

Belo Horizonte 2016

### SETOR PÚBLICO:

**Responsabilidade e Transparência Fiscal entre o Público e o Privado**

Trabalho apresentado às disciplinas do 4º período da Graduação em Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Amilson Carlos Zanetti – Orientador PUC Minas

Belo Horizonte 2016

Agradecemos á todos os professores por nos proporcionar tal conhecimento e á família pelo apoio durante a nossa trajetória.

Este trabalho tem como finalidade observar e analisar o processo orçamentário de uma empresa, com suas analises de receita e despesas dentro de um orçamento com base no setor público. No qual com base nas informações contidas nesse documento, organizar ações para prevenir riscos e corrigir desvios que possam ocorrer na instituição.

O marketing atribuído á sociedade utiliza essas informações de modo a produzir programas e ações de transparência das informações contidas na entidade, de modo que todos consigam acesso á elas.

Palavras chaves: Contabilidade privada, contabilidade pública, orçamento, marketing social, responsabilidade fiscal, transparência fiscal.

This work aims to observe and analyze teh budget process of a company, whit its analysis of revenue and expenses within a budget based on the public sector. In which the basis of information contained in this document, organize actions to prevent risks and correct deviations that may occur in the institution.

Marketing assigned to society uses this information to produce transparency of programs and actions of the information contained in the entity, so that everyone can acess to them.

Word Keys: Private accounting, public accounting, budget, social marketing, fiscal responsability, fiscal transparency.

# Sumário

[INTRODUÇÃO 8](#_bookmark0)

1. [SETOR PÚBLICO E SETOR PRIVADO 11](#_bookmark1)
   1. Similaridades e diferenças entre o público e o privado 11
   2. Demonstrações Contábeis 12
2. [ORÇAMENTO 14](#_bookmark2)
   1. Proposta Orçamentária 16
   2. Princípios Orçamentários 16

[3. Receita e Despesa 18](#_bookmark3)

3.1 Receita 18

3.1.2 Regulamentações 19

* + 1. Classificação econômica. 19
       1. ReceitasCorrentes. 19
       2. Receitas de Capital 21

[3.2 Despesas 22](#_bookmark4)

* + 1. Classificação econômica. 22
    2. Despesa Corrente 23

[3.2.3 Despesa de Capital 24](#_bookmark5)

1. [Responsabilidade Fiscal 26](#_bookmark6)
   1. Responsabilidade Fiscal e o setor público 26
   2. Responsabilidade Fiscal e o setor privado 27
   3. Transgressões e penalidades 28
2. [Transparência Fiscal 29](#_bookmark7)
   1. Transparência pública 30
   2. Transparência privada. 31
3. [Marketing Social 32](#_TOC_250000)

[CONCLUSÃO 34](#_bookmark8)

[REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 35](#_bookmark9)

# INTRODUÇÃO

Este presente Trabalho Interdisciplinar teve como objetivo a análise do setor publico e privado levando em consideração a responsabilidade e a transparência fiscal, uma vez que a relação da Lei de Responsabilidade Fiscal com as leis orçamentárias é incontestável e decisiva, pois a cobrança gerada pela Lei de Responsabilidade fiscal tem uma ligação a outras leis no setor público, que é a de responsabilizar os órgãos de fazer acompanhamento sistemático de desempenho.

Esta análise se deve ao comportamento da própria sociedade por estar cada vez mais interessada nos assuntos políticos, econômicos e sociais, e assim, estão buscando informações que possam fazê-lo entender melhor as ferramentas que gerenciam o desatino do Brasil. A Lei de Responsabilidade Fiscal entrou no contexto da administração pública com a finalidade de disciplinar a gestão de recursos públicos, atribuindo mais responsabilidade a seus gestores.

Para mais, aparece á transparência que o governo deve passar para a sociedade nos assuntos fiscais, com obrigatoriedade de divulgação de relatórios de execução orçamentária, relatório de gestão fiscal e estimulo ao controle social. Pertencendo a contabilidade a função de produzir informações para a organização de controles internos, administrativos para que possam apresentar a transparência que a sociedade necessita.

# Objetivos

## Objetivo Geral

A presente pesquisa tem como objetivo geral conceituar a responsabilidade e transparência fiscal nas instituições públicas e privadas.

## Objetivo Específico

Em se tratando de objetivos específicos, busca-se:

* Apresentar uma abordagem sobre a contabilidade pública e privada
* Identificar os fatores relevantes para um orçamento público
* Conceituar e caracterizar a responsabilidade e transparência fiscal nas instituições públicas e privadas.

## Justificativa

No atual cenário político do Brasil, abriu-se um questionamento á respeito da responsabilidade fiscal das instituições públicas. Como deveria ser aplicado as contas, quem seria o responsável pelas decisões e se seria viável ter esse tipo de ação dentro das empresas privadas. Como também em relação á forma como as entidades utilizam as informações para demonstrar aos usuários o que está sendo realizado e o que será proposto para o próximo exercício.

A contabilidade encontra-se como ferramenta de apoio a responsabilidade e transparência das instituições, através do orçamento e das leis aplicadas a cada tipo de ente, proporcionando informações concretas e com maior transparência.

## Metodologia

Este artigo foi desenvolvido por uma pesquisa de forma bibliográfica, na qual se reuniu várias obras e autores com conhecimentos necessários para a elaboração do trabalho, com o intuito de concretizar os objetivos propostos anteriormente.

Além de ser uma pesquisa bibliográfica, realizou-se um estudo com uma empresa estatal de esfera estatual e uma sociedade anônima presente na

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo, através de informações disponíveis via internet.

# Empresas

O estudo de caso foi realizado através de informações disponibilizadas pelo Estado de Minas Gerais e Vale S.A. pelos seus canais de comunicação via internet.

* 1. Estado de Minas Gerais

O Governo atua dentro do estado federativo de Minas Gerais como gestor de recursos destinados pela cidadão, através dos tributos, na área de educação, lazer, saúde e segurança para a população.

* 1. Vale S.A.

Companhia multinacional com sede em Minas Gerais, atuante em 30 países no ramo de mineração, sendo a pioneira no seu ramo com posição de liderança nos segmentos de minério de ferro e níquel. A empresa também participa de consórcios de empresas hidrelétrica.

### 1. SETOR PÚBLICO E SETOR PRIVADO

A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC) 16.1, da Resolução 1.128/08 do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), conceitua a contabilidade aplicada ao setor público como o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios fundamentais de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.

Na norma caracteriza como função social do ente público evidenciar informações de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da instituição do setor público como forma de apoio: à tomada de decisões, à prestação de contas da gestão e à instrumentalização do controle social.

De acordo com Daros, o objetivo da contabilidade pública consta no fornecimento a administração e a sociedade de informações atualizadas e exatas para a tomada de decisão, no âmbito organizacional interno e externo.

Para ele a contabilidade pública esta focada no orçamento e na sua execução – as previsões de arrecadação da receita e a definição e execução da despesa -, como também, igual à contabilidade privada, no patrimônio e suas variações.

Essa contabilidade registra também os atos administrativos (contratos, convênios, previsão de receita e fixação de despesa), que poderão alterar de forma qualitativa ou quantitativa o patrimônio.

* 1. *Similaridades e diferenças entre público e privado*

A contabilidade privada e regida por todas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) da Resolução 751/1993 do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), com o regime contábil de competências para as receitas e despesas objetivando a apuração de lucros. A contabilidade privada não

registra a execução dos orçamentos, devido ao fato de serem atos administrativos.

Por outrora, a contabilidade pública e regida pela Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) 16, das Resoluções 1128 a 1137/2008 do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), e pela Lei 4.320/64, com o regime contábil de competências para as receitas e despesas apurando o déficit ou superávit, não o lucro. A contabilidade publica acompanha e registra a elaboração e execução orçamentária, como previsto no artigo 85, da Lei 4.320/1964.

* 1. *Demonstrações contábeis*

De acordo com a Lei 4.320, os demonstrativos na área pública:

Art. 102. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Art. 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará: I - O Ativo Financeiro;

II - O Ativo Permanente; III - O Passivo Financeiro;

IV - O Passivo Permanente; V - O Saldo Patrimonial;

VI - As Contas de Compensação.

Já os demonstrativos na área privada, de acordo com a resolução, em relação às sociedades por ações, no fim de cada exercício social, a diretoria deve fazer, com base na escrituração comercial, as demonstrações contábeis, que devem expor com clareza a situação do patrimônio da companhia e as alterações ocorridas no exercício.

1. Balanço Patrimonial;
2. Demonstração dos Lucros Ou Prejuízos Acumulados; 3- Demonstração do Resultado do Exercício;

4- Demonstração das Origens e Aplicações Patrimoniais;

Consideradas, porém, as exceções previstas e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM são demonstrações obrigatórias para as companhias abertas:

1. Balanço Patrimonial;
2. Demonstração do Resultado do Exercício;
3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
4. Demonstração das Origens e Aplicações Patrimoniais;

Abaixo segue a demonstração do resultado e balanço patrimonial consolidado referente ao mês de junho da Vale S.A., sociedade anônima de capital aberto, que possui ações na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.



Fonte: BOVESPA

### ORÇAMENTO

Orçamento pode ser caracterizado, de acordo com como Guido Mantega no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), um conjunto de contas estimadas, correspondente ás receitas e despesas de um determinado período. Ele possui extrema importância para á gestão de recursos á curto e longo prazo, influenciando na tomada de decisões.

O orçamento aplicado ao setor público é um instrumento disciplinador das finanças públicas, com sua função principal de possibilitar aos órgãos um controle políticos perante os Executivos. Segundo Pedrosa (2015), o orçamento possui multiplicidade de aspectos político, jurídico, contábil, econômico, financeiro, administrativo, etc.

O modelo orçamentário definido pela lei 4.320/64 é composto por três instrumentos de planejamento e gestão: Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Plano Plurianual (PPA) constitui um instrumento de esforços de planejamento da administração pública, durante um período de quatro anos, orientando a elaboração dos demais planos e programas governamentais.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento que orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), pois contém metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

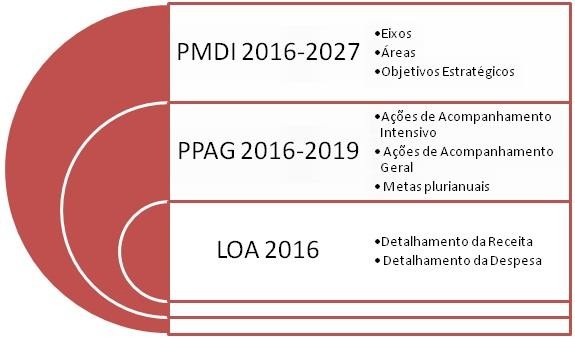
A Lei Orçamentária Anual (LOA) é constituída de três orçamentos (fiscal, de investimentos, e da seguridade social) com os planos que o governo pretende realizar, de elaboração do Poder Executivo e aprovada pelo Poder Legislativo, gerando uma proposta orçamentária.

O Estado de Minas Gerais criou através da Constituição Estadual de 1989 o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PDMI) que, de acordo com o a lei 15.032/04, possui como objetivos:

1. Desenvolvimento socioeconômico integrado do Estado
2. a racionalização e a coordenação das ações do Governo;
3. o incremento das atividades produtivas no Estado;
4. a expansão social do mercado consumidor;
5. a superação das desigualdades sociais e regionais no Estado;
6. a expansão do mercado de trabalho;
7. o desenvolvimento dos Municípios de escassas condições de propulsão socioeconômica;
8. o desenvolvimento tecnológico do Estado;
9. a promoção econômica e social dos indivíduos menos favorecidos, mediante ações governamentais integradas que visem à superação da miséria e da fome, as quais poderão contar com a participação da sociedade civil organizada.

O plano governamental corresponde ao planejamento estratégico de longo prazo do governo. Não existe prazos para a edição da PMDI, entretanto, desde 2003 em conformidade com o órgão, foi estabelecido o período de cerca de 20 anos, e a lei sendo atualizada a cada quatro anos.

Essa associação dos vários planejamentos do governo de Minas – PDMI, PPA, LDO e LOA - é representada no período de 2016 pela figura.



Fonte: Portal de Planejamento do Estado de Minas Gerais

* 1. *Proposta Orçamentária*

De acordo com o Oliveira (2009):

A proposta orçamentária é um processo composto pelo orçamento e pelo plano de trabalho, que consiste em um planejamento anual, elaborado para cumprimento de metas estabelecidas no plano de gestão, a ser executado no exercício seguinte.

Para esse autor, o plano de trabalho pode ser caracterizado como um conjunto de programas, projetos e atividades, metas e ações que devem ser alcançados pela administração, com o intuito de instituir ações específicas que necessitam ser realizadas.

* 1. *Princípios orçamentários*

Os Princípios Orçamentários, consoante Guido Mantega (2014), pretende estabelecer regras básicas para guiar o documento, com o intuito de fornecer racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

* + 1. Princípio da unidade

Esse princípio prevê, no artigo 2º da lei 4.320/64, que seja feito apenas um orçamento por unidade governamental, com o intuito de evitar vários orçamentos do mesmo ente federativo no período.

* + 1. Princípio da universalidade

Esse princípio determina, de acordo com o artigo 5º da Constituição Federal (CF) e o artigo 2º da lei 4.320/64, que todo orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas da entidade.

* + 1. Princípio da anualidade

Esse princípio, previsto no artigo 2º da lei 4.320/64, delimita um período de tempo no qual todas as receitas previstas e despesas fixadas, registradas na Lei Orçamentária Anual (LOA), irão se referir.

* + 1. Princípio da exclusividade

Esse princípio, de acordo com o artigo 8º da Constituição Federal (CF), impede que haja na Lei Orçamentária Anual (LOA) qualquer outra matéria que não seja questões financeiras.

* + 1. Princípio do orçamento bruto

Esse princípio, previsto no artigo 6º da lei 4.320/64, obriga o registro das receitas e despesas no orçamento com seus valores brutos, sem qualquer tipo de dedução.

* + 1. Princípio da legalidade

Esse princípio, em conformidade com os artigos 37 e 165 da Constituição Federal (CF), determina a subordinação do Poder Público á hierarquia da lei.

* + 1. Princípio da Publicidade

Esse princípio exige, no artigo 37 da Constituição Federal (CF), que o conteúdo do orçamento seja divulgado pelos veículos oficiais de divulgação para o conhecimento público e eficácia de sua validade.

* + 1. Princípio da Transparência

Esse princípio, em conformidade com os artigos 48 e 49 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), determina ao órgão público a divulgação do orçamento á sociedade de forma ampla, publicar relatórios sobre a sua execução e disponibilizar para todos ás informações de arrecadação e execução dos recursos.

* + 1. Princípio da não-afetação das receitas

Esse princípio veda, como previsto no artigo 167 da Constituição Federal (CF), a relação de uma receita para atender determinados gastos dos órgãos, que não estejam estipulados pela Constituição Federal.

### Receita e Despesa

Na contabilidade pública, conforme Filho (2004) et. al, em Receitas Públicas: manual de procedimentos, o enfoque das receitas é evidenciar á variação positiva da situação liquida patrimonial, que derivada do aumento ou redução dos componentes. Já nas

José Sampaio, no artigo científico “Aspectos Conceituais e Conjunturais da Receita, Despesa e Resultados no Setor Público e sua Influência na Concepção e Implantação de Sistema de Custos na Administração Pública”, menciona que tanto na iniciativa pública quanto privada, a despesa sempre representa à aplicação de recursos para a geração de despesas. A diferença é o resultado, cujo público é social; e o privado é a perseguição do lucro.

O princípio fundamental de contabilidade, possui no artigo 9º da Resolução do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) 750/1993, o princípio da competência. Nele é determinado que as receitas e as despesas devem ser incluídas no período que se ocorrem, independente do momento em que ocorre o recebimento ou pagamento.

* 1. *Receita*

Segundo a Resolução Federal de Contabilidade (CFC) 1.121/2008:

Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultem em aumento do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade.

Filho (2004), conceitua que na concepção pública, a receita é o ingresso de recursos financeiros, através de tributos ou outras ações de competência da entidade, para custear as despesas de prestação de serviçoá sociedade e realizar investimentos.

* + 1. Regulamentação

A entrada de recursos dos entes governamentais é regulamentada pela Lei 4.320/64, que os classifica em orçamentária e extra-orçamentária.

De acordo com o Filho (2004), os recursos orçamentários são aqueles que pertencem ao ente público e são arrecadados unicamente para serem aplicados em ações e programas públicos.

Os recursos extra-orçamentários pertencem a terceiros e são arrecadados pelo governo para fazer presença ás cobranças contratuais pactuadas para posterior devolução.

* + 1. Classificação Econômica

Em Receitas Públicas: Manual de Procedimentos, Antonio Palocci Filho define a Receita Corrente e a Receita de Capital como categorias econômicas, que são utilizadas para medir o impacto das decisões do ente governamental na economia do país.

* + - 1. *Receitas Correntes*

São os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais, para aplicação em despesas correspondentes, também em atividades operacionais. (Filho, 2004)

O autor classificam-nas em originárias, quando são originárias da venda de algum serviço ou produto que estão á disposição dos usuários ou transmissão de um bem ou direito de forma remunerada. Como também a classificação em derivadas, quando são obtidas em função da autoridade compulsória do Governo, através de multas e tributos.

De acordo com seu nível de origem, a receita corrente será classificada seguindo as normas da Lei 4.320:

* + - * 1. Receita Tributária

São as receitas originárias da arrecadação de tributos, as contribuições de melhorias, os impostos e as taxas.

* + - * 1. Receita de Contribuições

São receitas originárias de contribuições sociais e econômicas, os chamados encargos parafiscais.

* + - * 1. Receita Patrimonial

São receitas originárias de exploração do patrimônio, sejam eles aplicações ou investimentos.

* + - * 1. Receita Agropecuária

São receitas originárias da atividade de origem animal e vegetal.

* + - * 1. Receita industrial

São receitas originárias da atividade industrial de extração mineral, transformação e construção de novos bens.

* + - * 1. Receita de serviços

São receitas originárias da prestação de serviços da entidade governamental.

* + - * 1. Transferência Corrente

São receitas originárias de outros entes, entidades ou pessoa física transferida para o governo, com condição pré-estabelecidas.

* + - * 1. Outras Receitas de Correntes

São receitas originárias de outras origens não classificadas acima.

* + - 1. *Receita de Capital*

São os ingressos de recursos financeiros oriundos de atividades operacionais ou não operacionais para aplicação em despesas operacionais, correntes ou de capital, visando ao atingimento dos objetivos traçados nos programas e ações de governo. (Filho,2004)

De acordo com o autor, possuem essa denominação por serem derivadas de recursos oriundos de constituição de dívidas, amortização de empréstimos ou alienação de bens do ativo, para atingir a finalidade fundamental da entidade.

De acordo com seu nível de origem, a receita de capital será classificada seguindo as normas da Lei 4.320:

* + - * 1. Operações de crédito

São receitas originárias da contratação de empréstimos ou financiamentos obtidos junto a entidades.

* + - * 1. Alienação de bens

São receitas originárias da transferência do domínio de componentes do ativo permanente.

* + - * 1. Amortização de empréstimos

São receitas originárias do recebimento de parcelas ou o todo, de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.

* + - * 1. Transferência de Capital

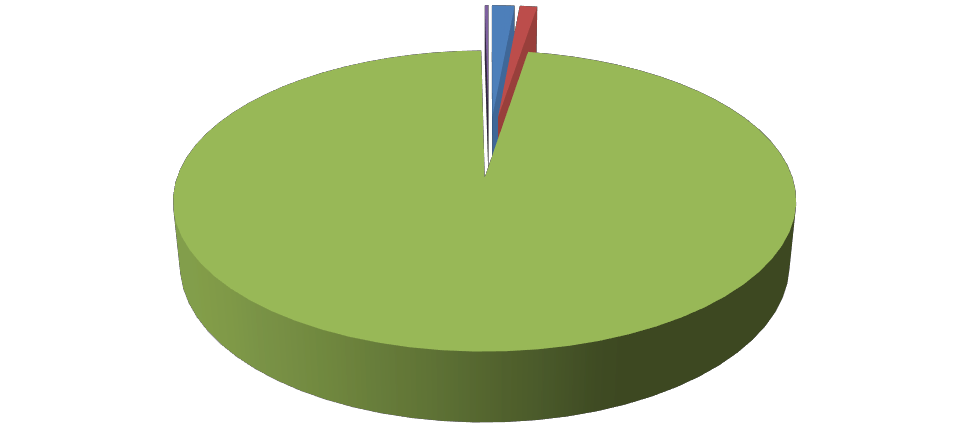
São receitas originárias de outras entidades, mediante condições pré- estabelecidas , com objetivo de aplicação em despesas de capital.

* + - * 1. Outras receitas de capital

São receitas originárias de outras origens não classificadas acima.

No período de janeiro á setembro de 2016, de acordo com o Portal de Transparência do Estado de Minas Gerais em 21 de outubro de 2016, ocorreu

uma receita da Secretaria de Estado da Educação, no valor de R$5.585.581.792,37.



**Receitas - Janeiro á Setembro 2016**

Outras Receitas Correntes

Transferências de 2% Receita Capital Patrimonial

0% 1%

Transferências

Correntes

97%

Fonte: Portal de Transparência de Minas Gerais

### Despesas

Segundo a Resolução Federal de Contabilidade (CFC) 1.121/2008:

Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incremento em passivos, que resultem em decréscimo do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de distribuição aos proprietários da entidade.

* + 1. *Classificação Econômica da Despesa*

O Guido Mantega no Manual Técnico de Contabilidade Aplicado no Setor Público (2008) define a Despesa Corrente e a Despesa de Capital como categorias econômicas, que são utilizadas para medir o impacto das decisões do ente governamental na economia do país.

* + 1. *Despesa Corrente*

Segundo Mantega (2008), classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

De acordo com seu nível de origem, a receita de capital será classificada seguindo as normas da Lei 4.320:

1. Despesas de Custeio

São as despesas decorrentes das dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

Ela é composta pelas contas: pessoa civil, pessoa militar, material de consumo, serviços terceiros e encargos diversos.

1. Transferências Correntes

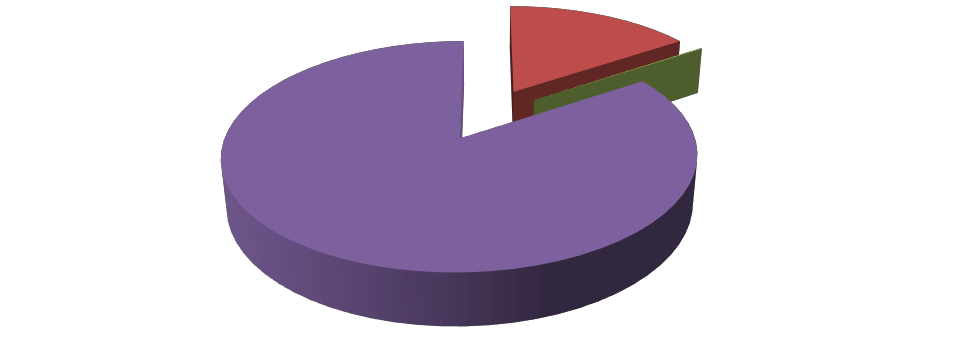
São as despesas decorrentes das dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.

Ela é composta pelas contas: subvenções sociais, subvenções econômicas, inativos, pensionistas, juros da dívida pública, salário família e abono familiar, contribuições da previdência social e diversas transferências correntes.

O servidor público possui uma previdência social distinta dos demais assegurados, denominada Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Coerente á lei 9.717 de 1998:

Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

No âmbito da Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais, o custo dessa previdência representou, no período de janeiro a setembro de 2016 em 21 de outubro de 2016, com a conta vencimento e vantagens fixas – pessoal civil com 84% desse custo.



**Despesas Correntes - Pessoal e Encargos**

**Sociais**

**Janeiro á Setembro 2016**

Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

84%

Obrigações

Patrimoniais 16%

Indenizações e

Restituições 0%

Fonte: Portal de Transparência de Minas Gerais

### Despesa de Capital

Segundo Mantega (2008), classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

De acordo com seu nível de origem, a receita de capital será classificada seguindo as normas da Lei 4.320:

* + - 1. Investimentos

São as despesas decorrentes das dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e

material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Ela é composta pelas contas: obras públicas, serviços em regime de programação especial, equipamentos e instalações, materiais permanentes e participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais ou agrícolas.

* + - 1. Inversões financeiras

São as despesas decorrentes das dotações destinadas a:

* + - * 1. - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;
        2. - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;
        3. - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

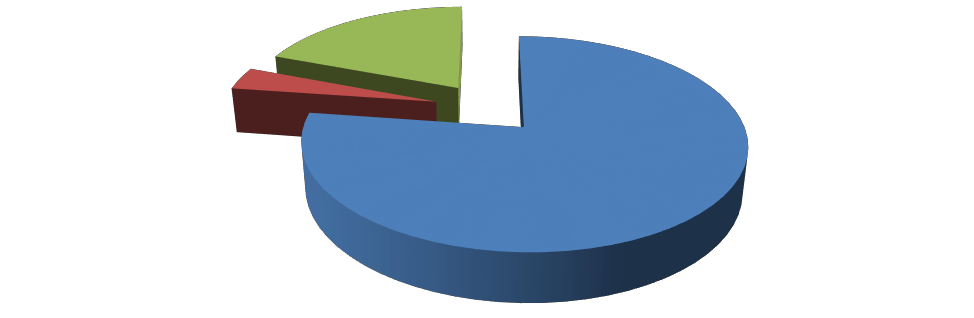
Ela é composta pelas contas: aquisição de imóveis, participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras, aquisição de títulos representativos de capital de empresa em funcionamento, constituição de fundos rotativos, concessão de empréstimos, diversas inversões financeiras.

* + - 1. Transferências de capital

São despesas decorrentes das dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

Ela é composta pelas contas: amortização da dívida pública, auxílios para obras públicas, auxílios para equipamentos e instalações, auxílios para inversões financeiras, outras contribuições.

No período de janeiro á setembro de 2016, de acordo com o Portal de Transparência do Estado de Minas Gerais em 21 de outubro de 2016, ocorreu uma despesa da Secretaria de Estado da Educação, no valor de R$ 6.191.063.899,59.



**Despesas de capital- Janeiro á Setembro**

**2016**

**Investimentos**

Obras e instalações 19%

Equipamentos e

material permanente 4%

Auxilios

77%

Fonte: Portal de Transparência de Minas Gerais

### Responsabilidade Fiscal

De acordo com o § 1o do Art. 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) entende-se como responsabilidade fiscal a ação de forma planejada e transparente, visando prevenir riscos e corrigir desvios que desequilibrariam as contas publicas através de uma estimativa de receita e um limite de gastos.

* 1. *Responsabilidade Fiscal e o Setor Público*

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101/2000) foi criada visando um melhor gerenciamento dos recursos públicos, visto que antes havia um desequilíbrio fiscal no Brasil. É um instrumento que pode ser uma garantia para a sociedade gerando estabilidade e deu uma atuação responsável dos governantes nas três esferas: União, Estados e Municípios.

Ela se fundamenta em três princípios básicos: imposição de limites para gastos públicos, atribuição de responsabilidade e transparência ao gestor. A lei traz mudanças no tratamento do dinheiro publico estabelecendo normas das finanças publicas no país com o intuito de disciplinar a gestão desses recursos exigindo mais responsabilidades dos seus gestores.

* 1. *Responsabilidade Fiscal e o Setor Privado*

São três principais formas que a LRF interage com o setor privado: por renuncia de receita tributaria, por terceirização de um serviço, e destinando recursos públicos para o setor privado.

O Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal regula “a concessão ou ampliação de benefícios de natureza tributária da qual decorra renuncia de receita [...]” obedecendo a certas condições e limites e o inciso II do artigo mencionado afirmar que deve haver uma medida de compensação, dentre essas medidas encontra-se a elevação de alíquota ou criação de outro tributo. E o § 1º define as formas de renuncia de receita tributaria, entre elas encontram-se anistia e alteração de alíquotas.

Segundo MARTINS (2013) “As renúncias de receita encontram se dentro do espectro normativo que tem por finalidade Incentivar ou inibir comportamentos econômicos que o legislador entende como desejáveis ou não”.

Dessa forma esses benefícios concedidos podem, por exemplo, incentivar a instalação de empresas em uma determinada região, fortalecendo o mercado local e gerando emprego.

Já no §1º do Art. 18 é determinado que o gasto com mão-de-obra terceirizada deva ser tratado com outras despesas com pessoal, para fins de contabilização.

E a terceira forma de interação é regulada pelo capítulo VI da Lei de Responsabilidade Fiscal. Este capítulo diz respeito à destinação de recursos

públicos para o setor privado colocando condições para tal alocação dos recursos públicos.

* 1. *Transgressões e penalidades*

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tomou precauções para o caso do gestor agir de forma irresponsável. Sabendo que nem sempre o gestor seguirá o que foi disposto na lei, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) mostra que haverá punições para o seu descumprimento.

Segundo o Art. 73 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

As infrações dos dispositivos desta Lei Complementar serão punidas segundo o [Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm) (Código Penal); a [Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm) o [Decreto-Lei no 201,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0201.htm) [de 27 de fevereiro de 1967;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0201.htm) a [Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm) e demais normas da legislação pertinente.

Neste artigo é demonstrado onde podem ser encontradas as punições para o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, dessa forma o administrador público estar alertado sobre as possíveis punições para uma conduta indevida.

De acordo com Khair (2000, p.9), para aqueles que infringirem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) haverá punições fiscais e penais. Sendo que as punições fiscais referem-se a suspensão de transferências voluntarias (havendo exceções de recursos destinados para a seguridade social), contratação de operação de crédito e obtenções de garantias.Já as penais iram depender do tipo da transgressão.

As punições fiscais são mais brandas do que as punições penais, então estas ultimas possuem uma força maior para fazer com que o gestor venha a cumprir o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Em resumo pode se afirma que as penas podem variar em: privação de liberdade; multa; e restrição de direito.

### Transparência Fiscal

De acordo com a Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, o conteúdo sobre a transparência da informação pública ganhou mais destaque no Brasil, e, desde então normativos legais como a Lei Complementar no 131/2009 — Lei da Transparência (disponibilização, em tempo real, de informações públicas como: receita, despesa, salário dos servidores públicos, convênios e outros, nos portais eletrônicos nas várias esferas governamentais) e a Lei de Acesso a Informação (LAI) no 12.527/2011 (regulamenta o direito do cidadão à informação pública) iniciaram um ciclo de mudanças na relação cidadão/gestor público.

Uma vez que determinaram como obrigatória a divulgação (ativa ou via solicitação), como norma geral para informações públicas, envolvendo fornecimento de dados em uma linguagem acessível e sem barreiras técnicas. A transparência pública inicia uma expansão para além da linha legal/fiscal e passa a abordar outros aspectos da gestão pública (desempenho, pessoal, controles internos etc.). Essa extensão causa novas exigências para a responsabilização pública, via órgãos de controle, que passam a avaliar se, realmente, as informações públicas estão acessíveis ao cidadão seja via relatórios fiscais ou portais eletrônicos de transparência. A transparência é um componente da comunicação entre o cidadão e o gestor público.

A transparência da gestão fiscal é tratada na Lei como um princípio de gestão, que tem por finalidade, entre outros aspectos, franquear ao público acesso a informações relativas às atividades financeiras do Estado e deflagrar, de forma clara e previamente estabelecida, os procedimentos necessários à divulgação dessas informações. (CRUZ, 2006, p.188).

A transparência fiscal é requisito fundamental para que todos os cidadãos conheçam as intervenções governamentais e desempenhem de fato sua função de controle social. Quando não se cumpre essa transparência, decorre se de uma falta de ética no setor público, considerando uma das causas da corrupção, pois a prática do desvio de dinheiro público, que seria usado para fazer o bem para a população, deixando assim a população sem os benefícios que são de seus direitos.

O profissional de contabilidade pública possui o controle como objetivo principal, assim como o registro, transparência na prestação de contas para demonstrar para a sociedade o com os recursos que lhe pertencem. Representa o fator de proteção do patrimônio dos entes que se faz públicos, na medida em que fornece informações que permitam à adaptação na tomada de decisão. Com a divulgação dessas informações, o monitoramento da responsabilidade fiscal requerida do gestor, projeta uma responsável e transparente administração o que permite o conhecimento de resultados da gestão por parte da população.

* 1. *Transparência Pública*

O Estado de Minas Gerais conta com um site Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, que serve como um canal no qual os cidadãos podem acompanhar a realização financeira dos programas de governo.

Segundo o Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, o portal foi criado com o intuito de oferecer mais informações, ou seja, mais transparência nas ações do governo do Estado, possibilitando que a sociedade acompanhe a aplicação dos recursos públicos. Desse modo, proporciona o controle social e ajuda no combate à corrupção por diversos setores da sociedade, imprensa e pesquisadores. Dessa forma a transparência tem um papel importante no controle à corrupção, ao induzir maior responsabilidade por parte dos gestores públicos e controle e divulgação das ações por cidadãos.

O Portal de Transparência inclui dados e informações sobre os seguintes conteúdos:

* Gastos/despesas públicos dos Poderes do Estado;
* Receitas ou arrecadação dos Poderes do Estado;
* Dívidas externa e interna do Estado – montante, amortizações e juros;
* Remuneração dos servidores do Poder Executivo;
* Despesa com pessoal dos Poderes do Estado;
* Despesas com diárias de viagem dos Poderes do Estado;
* Transferências de impostos a municípios;
* Convênios;
* Compras, aquisições e contratos dos Poderes do Estado;
* Planejamento e resultados dos Poderes do Estado;
* Informações socioeconômicas do Estado;
* Prestação de contas do governador;
* Dados Abertos;
* Transparência dos municípios;
* Lei de Acesso a Informação
  1. *Transparência Privada*

Algumas instituições privadas constituem suas obrigações baseadas nas normas do setor público. A transparência, no setor privado é vista como um dos princípios básicos da governança corporativa, também é considerada como um fundamento da gestão fiscal publica responsável, a transparência está ativa diretamente ao princípio constitucional da publicidade.

Na Vale, desde 2009 é declarado apoio publicamente a iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (EITI), todo ano em seu relatório de sustentabilidade é feito um reconhecimento dos compromissos, e a cada ano a empresa busca ter as melhores práticas para se manter à frente dos desenvolvimentos regulamentários.

Como uma das principais empresas da indústria extrativa e a principal fornecedora de minério de ferro do mundo, a Vale cumpre integralmente com as normas do país em que opera. Demonstrando também para a sociedade corporativa, a sua contribuição ao governo e às economias locais.

### Marketing Social

Segundo Philip Kotler, marketing social deu passos enormes e teve um impacto, positivo sobre questões sociais na área da saúde publica, de segurança, do meio ambiente e do envolvimento comunitário.

É fundamentando no marketing social que as empresas implantam a sua transparência para os cidadãos, ou seja, as empresas que primeiro abraçar as causas de maior impacto, ou as melhores causas, irão sair na frente de outras empresas.

Segundo o Portal de Transparência do Estado de minas Gerais, a cidadania fiscal é o direito do cidadão de ser adequadamente informado a respeito da origem e aplicação de recursos púbicos, fiscalizando a transformação dos tributos pagos em obras e serviços de qualidade para a população. Para isto é necessário:

* Levar o conhecimento ao cidadão sobre administração pública;
* Incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos
* Criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão

O Estado conta com de programas conscientização da sociedade, como por exemplo o Programa Nacional de Educação Fiscal, que está exposto no Caderno 1 – Educação Fiscal no Contexto Social, esse programa busca a harmonia entre o Estado e a sociedade, ou seja, há um comprometimento com a estruturação da cidadania, com a solidariedade, ética, transparência, fiscal e social.

O objetivo do Programa Nacional de Educação Fiscal é contribuir permanentemente para a formação do indivíduo, tendo em vista o desenvolvimento da conscientização sobre os direitos e deveres relativo ao valor social do tributo e ao controle social do Estado. O Estado conta

também com a Educação Fiscal nas escolas, que visa o reconhecimento do gesto cidadão ao combate à sonegação e a transparência e na exigência do documento fiscal.

Sobre a Vale e os serviços para a comunidade, manter um bom relacionamento com as comunidades das áreas onde atuam é fundamental para a sustentabilidade dos negócios, uma vez que investem em diversas iniciativas que contribuem para o desenvolvimento social e ambiental das localidades onde estão inseridos.

Oferecem serviços para atender demandas e necessidades, como por exemplo, além de transportar seus minérios, há duas ferrovias que oferecem as principais opções de trem de passageiros do país, a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e a Estrada de Ferro Carajás. A EFVM realiza o único trem de passageiros diário no Brasil que ligas duas metropolitanas, que é Cariacica (ES) e Belo Horizonte (MG).

# CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos observados neste trabalho interdisciplinar, concluímos que a responsabilidade e transparência fiscal deve estar contida em qualquer pratica organizacional, de modo que utilize todas as informações em prol da melhoria e aperfeiçoamento das praticas contábeis dentro do orçamento da instituição.

Com as práticas orçamentarias pode-se usufruir das informações para uma colocação na sociedade de modo que melhore o empenho social, proporcionando programas e ações voltadas á atender serviços e demandas da população.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCO, José Lucas; GORGA, Isadora**. Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: < <http://www.igepri.org/observatorio/?p=4826>>. Acesso em 05 out. 2016.

BORN, J. S., OLIVEIRA, V. R. G. **Gestão pública frente à Lei de Responsabilidade Fiscal.** Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: n. 107, p.62-73, dez. 2001.

BM&FBOVESPA. **Vale S.A.: dados econômicos-financeiros**.Disponível em:< <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-> derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>.Acesso em 17 out.2016

### BRASIL. DEMONSTRATIVOS, SISTEMAS E RESULTADOS CONTÁBEIS DA

**CONTABILIDADE PÚBLICA X PRIVADA,** fevereiro de 2010. Disponível em

<<http://blogdosconsultores.blogspot.com.br/2010/02/demonstrativos-sistemas-> e-resultados.html> Acesso em: 26 set. 2016.

BRASIL. **LEGISLAÇÃO MINEIRA, NORMA: LEI 15032,** Janeiro de 2004.

Disponível em

<[http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&](http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI) num=15032&comp=&ano=2004&aba=js\_textoAtualizado> Acesso em: 26 set. 2016.

Brasil**.** [**LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lcp%20101-2000?OpenDocument)Disponível em:

< <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>>. Acesso em 02 out. 2016

Brasil. [**LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.429-1992?OpenDocument)Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm>>. Acesso em 01 out. 2016

BRASIL**. Portal de Transparência do Estado de Minas Gerais:O que é portal.** Disponível em <[http://www.transparencia.mg.gov.br/o-que-e#o-que-é-o-](http://www.transparencia.mg.gov.br/o-que-e#o-que-%C3%A9-o-) portal> Acesso em: 26 de set. de 2016.

BRASIL. **Páginas de transparência pública.** Disponível em

<<http://www3.transparencia.gov.br/>> Acesso em: 26 de set. de 2016.

BRASIL. **Portal de Transparência do Estado de Minas Gerais: Perguntas frequentes.** Disponível em < <http://www.transparencia.mg.gov.br/perguntas-> frequentes#por-que-o-portal-da-transparência-foi-criado> Acesso em: 26 de set. de 2016.

BRASIL. **Planejamento e Orçamento.** Disponível em

<<http://www.planejamento.mg.gov.br/planejamento-e-orcamento>> Acesso em: 13 de Out. de 2016

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº1.804, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1939.** Disponível

em [<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1804-24-](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1804-24-) novembro-1939-411649-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 16 de Out. de 2016.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante. **Normas Brasileiras de Contabilidade.**

NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.-

Brasília, março de 2008. Disponível em <

**cfc**.org.br/sisweb/sre/docs/RES\_1121.doc> Acesso em 26 de set. de 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. **LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE**

**1998.** Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9717.htm> > Acesso em: 26 de set. de 2016.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e contabilidade público: teoria, prática e mais de 800 exercícios/** Deusvaldo Carvallho. -5.ed.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Disponível em

<<http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/EntendendoLRF.pdf>> Acesso em: 18 de Out. de 2016.

CASTRO, D. P. de. **Responsabilidade Fiscal – o enfrentamento de uma cultura perversa.** Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, DF: ano 30, n. 132, p.23-29, nov/dez.2001.

CRUZ, Flávio da; VICCARI JÚNIOR, **A. Lei de responsabilidade fiscal comentada.** São Paulo : Atlas, 2006.

DARÓS, Leandro Luís. PEREIRA, Adriano de Souza**. ANÁLISE DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – NBCASP: MUDANÇAS E DESAFIOS PARA A CONTABILIDADE**

**PÚBLICA.** Disponível em

<<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos92009/467.pdf>> Acesso em: 09 de Out. de 2016.

FILHO, Antonio Palocci. **Receitas públicas : manual de procedimentos : aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.** Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional – Brasília : Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2004. Disponível em

<[http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ManualReceita.](http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ManualReceita) pdf> Acesso em 07 de Out. de 2016.

GONÇALVES, Luciana Costa. **O CONTADOR COMO MEDIADOR ENTRE A POPULAÇÃO E O ORGÃO PÚBLICO NA INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.** Disponível em:

<<http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/o_contador_como_mediad> or\_entre\_a\_populacao\_e\_o\_orgao\_publico\_na\_instrumentalizacao\_do\_planeja mento\_governamental\_0.pdf>. Acesso em 06 de Out. de 2016

HARADA, Kiyoshi. **Incentivos fiscais: limitações constitucionais e legais.** Disponível em: < http://www.ambito- juridico.com.br/site/index.php?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=10645>. Acesso em 18 de Out. de 2016.

Jornal Contábil. **O que é a Lei de Responsabilidade Fiscal?** .Disponível em:

< <http://www.jornalcontabil.com.br/o-que-e-lei-de-responsabilidade-> fiscal%EF%BB%BF/>. Acesso em 05 de Out. de 2016.

KHAIR, Amir Antônio**. Lei de responsabilidade fiscal**: as transgressões à lei de responsabilidade fiscal e correspondentes punições fiscais e penais. Disponível em: < https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2642/1/As%20Transgress%C

3%B5es%20%C3%A0%20Lei%20de%20Responsabilidade%20Fiscal%20e%2 0Correspondentes%20Puni%C3%A7%C3%B5es\_P.pdf >. Acesso em 07 de Out. de 2016.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **O impacto da contabilidade no sistema de gestão fiscal.** 2005. Disponível em <<http://www.gestiopolis.com/o-impacto-> da-contabilidade-no-sistema-de-gestao-fiscal/ > Acesso em 26 de set. de 2016.

LAAN, Cesar Van der. **Novos Pilares de Responsabilidade Fiscal,** 2016. Disponível em <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2016/04/18/novos-> pilares-de-responsabilidade-fiscal/> Acesso em: 09 de Out. de 2016

MANTEGA, Guido. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição PARTE: Geral, I, II, III, IV e V.** 2014.Disponível em

<[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU\_MCASP+6](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP%2B6)

%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o\_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182- a542ce123773> Acesso em: 16 de Out. de 2016.

MANTEGA, Guido**. Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios a partir da elaboração e execução da lei orçamentária de 2009**. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Volume II Manual de Despesa Nacional / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal. – 1. ed.

– Brasília : Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008. Disponível em

<<http://www3.tesouro.gov.br/contabilidade_governamental/download/Manual_D> espesa\_Nacional\_30102008\_MTCASP\_.pdf> Acesso em 09 de Out. de 2016.

MARTINS, Marcelo Guerra. **Renúncia de receita como gasto tributário e a Lei de Responsabilidade Fiscal,** 2013. Disponível em: < http://www.ambito- juridico.com.br/site/index.php?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=10645>. Acesso em 18 out. 2016.

OLIVEIRA, Adeildo Osorio. **Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.**

–Brasília: CFC, 2009. Disponível em < <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-> content/uploads/2013/01/manual\_cont.pdf>. Acesso em 05 out. 2016

PEDROSA, Cézar. **Teoria geral do orçamento público**. Ed Baraúnas. – São Paulo: 2015. Disponível em < https://books.google.com.br/books?id=ABHlCgAAQBAJ&pg=PA6&dq=or%C3% A7amento+p%C3%BAblico&hl=pt- BR&sa=X&sqi=2&ved=0ahUKEwiIi5yD\_d3PAhUKEpAKHZf4AQgQ6AEIKjAB#v

=onepage&q=or%C3%A7amento%20p%C3%BAblico&f=false> Acesso em: 16 de Out. de 2016.

PERILLO, M. **Balanço do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. O contabilista ganha uma bússola social.** Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, DF: ano 29, n. 126, p.8-14, nov/dez.2000.

### SAMPAIO, José Alberto Reis. ASPECTOS CONCEITUAIS E CONJUNTURAIS DA RECEITA, DESPESA E RESULTADOS NO SETOR PÚBLICO E SUA INFLUÊNCIA NA CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Disponível em

<<http://congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/269.pdf>> Acesso em 07 de Out. de 2016.

Secretaria do Tesouro Nacional. **Infrações da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas penalidades**. Disponível em:

<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/infracoes-da-lei-de-responsabilidade-> fiscal-e-suas-penalidades>. Acesso em 06 de Out. de 2016.

SILVA, D. S. da. **O contador, o gestor público, a fraude e a corrupção no Brasil.** Revista Trevisan. São Paulo, SP: ano XIV, n.155, p.36-37.2001.

SILVA, Ismael Rogério da**. Estudo das penalidades apuradas no LRF** — NET do TCE/SC aplicáveis quando do não cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/124700 >. Acesso em: 07 de Out. de 2016.

SILVA, Juliana Gomes. **OS QUATRO PILARES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL,** 2010. Disponível em

<<http://gppusp.blogspot.com.br/2010/11/os-quatro-pilares-da-lei-de.html>> Acesso em: 02 de Out. de 2016.

Tesouro Nacional**. Lei de Responsabilidade Fiscal.** Disponível em: < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/lei-de-responsabilidade-fiscal>>.

Acesso em 05 de Out. de 2016.

**TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO**. Disponível em:

<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=acessoinformacao>> Acesso em 14 Out. 2016

VALE. **Sobre a vale**. Disponível em:< <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>>.Acesso em: 16 out.2016

VIEIRA, Evelise Pedroso Teixeira Prado**. A lei de responsabilidade fiscal e improbidade administrativa.** Disponível em:

<<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_cidadania/Responsabilidade_Fi> scal/Doutrina\_RFiscal/18-ImprobidadeeLRF.htm>. Acesso em 06 de Out. de 2016.

VILARREAL, Gabriel Hernan Facal. **A tributação e a LRF, 2016.** Disponível em: <[http://villarrealadvogados.com.br/novidades/a\_tributacao\_e\_a\_lrf>.](http://villarrealadvogados.com.br/novidades/a_tributacao_e_a_lrf) Acesso em 18 de Out. de 2016.